



PROJETOS DE CAPACITAÇÃO **IN COMPANY**

PROJETO II – LICITAÇÕES E CONTRATOS



Curso 1:

COMO PLANEJAR A CONTRATAÇÃO E ESTRUTURAR O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS CONTÍNUOS

Carga horária: 24h



Curso 2:

OS GRANDES PROBLEMAS ENFRENTADOS NO JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES – COMO EVITAR, COMO SOLUCIONAR E AS ORIENTAÇÕES DO TCU

Carga horária: 24h



Curso 3:

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – PLANEJAMENTO, JULGAMENTO DA LICITAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA E DO CONTRATO (DE ACORDO COM O DECRETO Nº 8.250/14, QUE ALTEROU O DECRETO Nº 7.892/13)

Carga horária: 16h



Curso 4:

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – COMO FORMALIZAR O PROCEDIMENTO E GERIR OS CONTRATOS DECORRENTES DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Carga horária: 16h



Curso 5:

OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA VISÃO DO TCU E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Carga horária: 24h



Curso 1:

COMO PLANEJAR A CONTRATAÇÃO E ESTRUTURAR O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS CONTÍNUOS

Carga horária: 24h

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

- Dominar as principais providências, atos e justificativas da fase de planejamento.
- Conhecer a estrutura e o conteúdo do termo de referência para compras e serviços.
- Conhecer as melhores práticas para afastar problemas e apontamentos relacionados a decisões do planejamento e conteúdo do termo de referência.
- Conhecer os principais entendimentos do TCU e da jurisprudência.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- Abordagem a partir da solução de casos práticos, análise de cláusulas do termo de referência e do edital, *checklist* e sugestão de melhores práticas
- Importância do planejamento para o sucesso das contratações públicas
- Atribuições e responsabilidades dos agentes públicos envolvidos no planejamento
- Etapas do planejamento - Oficialização da demanda, estudos preliminares, gerenciamento de risco, termo de referência
- Identificação e justificativa da necessidade
- Definição do encargo – O que pode e o que não pode ser exigido
- Unidades de medida e quantificação do objeto
- Agrupamento do objeto em itens ou lotes
- Levantamento do preço no mercado e orçamento detalhado em planilhas
- Definição de critérios de aceitabilidade do objeto e do preço
- Definição dos documentos de habilitação
- Definição de condições específicas para execução do contrato: modelo de execução de objeto; modelo de gestão do contrato e instrumento de medição e pagamento (IMR); prorrogação do prazo; garantia contratual; revisão, reajuste e repactuação; e sanções administrativas
- Aprovação e publicidade do edital pela assessoria jurídica

PÚBLICO-ALVO:

Pregoeiros e membros de equipes de apoio, membros de comissões de licitação, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, gestores de contratos e de controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nos procedimentos de terceirização de serviços da Administração Pública.



Curso 2:

OS GRANDES PROBLEMAS ENFRENTADOS NO JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES – COMO EVITAR, COMO SOLUCIONAR E AS ORIENTAÇÕES DO TCU

Carga horária: 24h

Temas: divisão do objeto em itens e lotes, preços unitário e global, jogo de planilhas; saneamento dos vícios na proposta e nos docs de habilitação; julgamento do recurso no pregão, ME/EPP LC nº 147/14;

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

- Conhecer problemas recorrentes relacionados com o julgamento das licitações e como solucioná-los de acordo com a ordem jurídica e com as orientações do TCU.
- Preparar-se para resolver com mais segurança situações que acontecem no dia a dia do julgamento das licitações, especialmente relacionados com divisão do objeto em itens ou lotes; regime de execução; jogo de planilhas; limites para o saneamento de vícios de propostas e de habilitação; peculiaridades do recurso no pregão e impactos do novo regime das MEs/EPPs nas licitações.
- Conhecer os entendimentos e as orientações do TCU acerca dos temas para tomar decisões mais seguras e prevenir responsabilizações.
- Dominar boas práticas e procedimentos que irão facilitar a condução e o julgamento das licitações.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- Licitação com objeto único, itens ou lotes – Quando adotar e repercussões no julgamento
- Serviços distintos em um mesmo lote – Cuidados na elaboração da planilha e no julgamento
- Pregão por lote e menor preço global – Modo de disputa e lances – Cuidados
- Empreitadas por preços unitário x global – Cabimento – Repercussões nos contratos de obras
- Jogo de planilhas – O que é, como evitar, cuidados – Previsão do Decreto nº 7.983/13
- Saneamento de vícios na proposta e nos documentos de habilitação – Quando corrigir, quais os limites e como conduzir e formalizar – Estudo de casos
- Planilha de preços de serviços contínuos – Saneamento
- Realização de diligências – Limites – Boas práticas
- Recurso no pregão – Atuação do pregoeiro e da autoridade competente
- Recurso sem interposição oral das razões – Consequências
- Regimes de preferências e a ordem e os impactos no procedimento
- Microempresas e empresas de pequeno porte:
 - Tratamento favorecido – Obrigatoriedade em todas as licitações?
 - Licitações exclusivas – Critérios para definição
 - Cota reservada – Preços diferentes para cotas principal e reservada – Como proceder
 - Preferência para as MEs e EPPs sediadas local ou regionalmente – O que é e como aplicar?
 - Hipóteses que afastam o tratamento favorecido
 - Entendimentos do TCU

PÚBLICO-ALVO:

Pregoeiro e membros das equipes de apoio, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, gestores de contratos, profissionais do departamento de compras e de controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nos procedimentos de contratação da Administração Pública.



Curso 3:

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – PLANEJAMENTO, JULGAMENTO DA LICITAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA E DO CONTRATO (DE ACORDO COM O DECRETO Nº 8.250/14, QUE ALTEROU O DECRETO Nº 7.892/13)

Carga horária: 16h

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

- Dominar procedimentos, providências, justificativas e boas práticas para o planejamento e julgamento do pregão e para a gestão da ata e do contrato, tendo como referência normativa o Decreto federal nº 7.892/13 alterado pelo Decreto nº 8.250/14.
- Conhecer as repercussões no julgamento da licitação das alterações da Lei Complementar nº 147/14, que alterou o regime de preferências das microempresas e empresas de pequeno porte.
- Conhecer os entendimentos e as recomendações do TCU.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- Resolução de casos práticos e apresentação de *checklists* de verificação da legalidade dos procedimentos
- Cabimento do registro de preços
- Atuações e responsabilidades dos órgãos gerenciador, participante e não participante (carona)
- Convite a outros órgãos e outras entidades – Intenção de Registro de Preços (IRP) – Obrigação ou faculdade
- Remanejamento de quantitativos da ata de SRP e a disciplina da IN nº 06/14 da SLTI
- Indicação dos recursos orçamentários no edital da licitação
- Providências, atos e justificativas para a instituição e o gerenciamento do SRP – Passo a passo do procedimento
- Inclusão de mais licitantes na ata de registro de preços – Cadastro reserva – Procedimento
- Repercussões, no julgamento da licitação, das alterações da Lei Complementar nº 147/14
- Utilização da ata de registro de preços pelos caronas – Previsão no edital e limites
- Data-limite para a formalização do contrato
- Vigências da ata e do contrato – Consequências
- Acréscimos da ata e do contrato
- Revisão dos valores registrados
- Aplicação de sanções pelo descumprimento da ata e dos contratos – Competência
- Orientações e entendimentos do TCU

PÚBLICO-ALVO:

Pregoeiros e membros de equipes de apoio, membros de comissões de licitação, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, gestores de contratos, profissionais do departamento de compras e de controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nos procedimentos de registro de preços.



Curso 4:

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – COMO FORMALIZAR O PROCEDIMENTO E GERIR OS CONTRATOS DECORRENTES DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Carga horária: 16h

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

- Enquadrar corretamente a situação concreta nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade estudadas.
- Conhecer o passo a passo a ser seguido para a correta instrução do procedimento de contratação direta e os *checklists* desses procedimentos.
- Conhecer os entendimentos do TCU e as melhores práticas para a formalização segura e eficiente da dispensa e da inexigibilidade, bem como para a gestão desses contratos.
- Conhecer as responsabilidades administrativa, civil e penal dos agentes públicos que atuam nas contratações diretas.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- Atos e providências para a correta formalização da dispensa e da inexigibilidade – Passo a passo dos procedimentos
- Resolução de casos práticos e apresentação de *checklists* de verificação da legalidade dos procedimentos de dispensa e inexigibilidade
- Dispensa em razão do valor X Parcelamento indevido
- Dispensa em função do valor – Serviços prestados por pessoas físicas – Pagamento por RPA – Montante a ser considerado
- Contratação emergencial – Aplicação – Contagem do prazo
- Licitação deserta ou fracassada e enquadramento nas hipóteses de dispensa
- Dispensa de licitação para compra ou locação de imóvel
- Dispensa de licitação para contratação de remanescente contratual
- Contratação direta de instituição brasileira para fins de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional
- Inexigibilidade para fornecedor exclusivo
- Inexigibilidade para serviços técnicos (serviços advocatícios)
- Documentos de habilitação nos processos de dispensa e inexigibilidade
- Atuação da assessoria jurídica nos processos de contratação direta
- Responsabilidades dos agentes públicos por dispensas e inexigibilidades fora das hipóteses legais ou sem cumprimento das formalidades legais
- Responsabilização de mais de um agente por uma mesma infração
- Cuidados e peculiaridades no gerenciamento dos contratos decorrentes de dispensa e inexigibilidade
- Principais entendimentos do TCU e orientações da AGU sobre contratação direta

PÚBLICO-ALVO:

Assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, gestores de contratos, profissionais do departamento de compras e de controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nos procedimentos de contratação da Administração Pública.



Curso 5:

OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA VISÃO DO TCU E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Carga horária: 24h

ESTA CAPACITAÇÃO PERMITIRÁ A VOCÊ:

- Conhecer acórdãos importantes do TCU, bem como julgados dos tribunais superiores sobre temas fundamentais do contrato administrativo relacionados com responsabilidade dos agentes; formalização dos contratos; garantia contratual; especificidades da contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, bem como de obras e serviços de engenharia; alterações qualitativas e quantitativas (acréscimos e supressões); prorrogação dos prazos de execução e de vigência; revisão, reajuste e repactuação; e, por fim, sanções administrativas.
- Conhecer os entendimentos das cortes de contas e dos tribunais, as recomendações, os apontamentos e as repercussões, dominando boas práticas para evitar problemas, além de possibilitar a condução de licitações de forma mais segura.
- Dominar boas práticas para planejar e executar contratos com mais eficiência e afastar apontamentos e responsabilizações pelos órgãos de controle.

DESTAQUES DO CONTEÚDO:

- Responsabilidade do fiscal, da autoridade e do assessor jurídico
- (Im)Possibilidade de negativa do fiscal para a nomeação para o cargo
- Substituição do instrumento de contrato – Cabimento
- Medição da obra X Regimes de empreitada por preço unitário e empreitada por preço global
- Adoção da contratação integrada e da semi-integrada X Alterações do contrato
- Diferença e cabimento das alterações qualitativas e quantitativas
- Compensação entre itens acrescidos e suprimidos
- Garantia como requisito para a formalização do contrato
- Fiscalização do contrato por amostragem e a conta vinculada X Elisão da responsabilidade subsidiária trabalhista
- Erros na planilha de custos verificados apenas na execução do contrato – O que fazer?
- Descumprimento de obrigações trabalhistas X Retenção de pagamento
- Prorrogação do prazo de execução e do prazo de execução
- Prazo da ata e dos contratos que decorrem de SRP
- Falta de previsão de reajuste e de repactuação
- Repactuação – Divisão em montantes de mão de obra e insumos – Processamento e contagem do prazo
- Preclusão do direito à repactuação, ao reajuste e à revisão
- Regime sancionatório da Lei nº 10.520/02 e da Lei de Licitações
- Extensão dos efeitos da suspensão do direito de licitar e contratar, da declaração de inidoneidade e do impedimento de licitar e contratar
- Declaração de inidoneidade e a manutenção de outros contratos firmados com o mesmo contratante

PÚBLICO-ALVO:

Fiscais e gestores de contratos, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, profissionais dos controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nos processos de contratação pública.